

INTERESSES DE CLASSE NO CONFLITO ENTRE ESTUDANTES SECUNDARISTAS E GOVERNO DE SP NAS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS¹

José Osvaldo Xavier de Souza Filho²
Nora Rut Krawczyk³

Resumo

O artigo apresenta os resultados da pesquisa de doutorado sobre os interesses de classe no movimento das ocupações de escolas (SP/2015). Analisaram-se a conjuntura, as reivindicações e os métodos de luta dos estudantes e do governo Alckmin/Herman frente à proposta de fechamento de 94 escolas. Via análise documental e bibliográfica, investigou-se a política educacional estatal e as direções do movimento estudantil. Concluiu-se que o governo apresentou um conteúdo de classe homogêneo, vinculado à burguesia, enquanto o campo estudantil exibiu um conteúdo difuso e contraditório entre discurso e prática, o que gerou desdobramentos concretos no movimento.

Palavras-chave: Interesses de classe, ocupações de escolas, movimento estudantil, política educacional do PSDB

INTERESES DE CLASE EN EL CONFLICTO ENTRE ESTUDIANTES DE SECUNDARIA Y EL GOBIERNO DE SÃO PAULO DURANTE LAS OCUPACIONES DE ESCUELAS.

Resumen

El artículo presenta los resultados de una investigación de doctorado sobre los intereses de clase en el movimiento de ocupaciones de escuelas (São Paulo/2015). Se analizaron la coyuntura, las reivindicaciones y los métodos de lucha de los estudiantes y del gobierno de Alckmin/Herman ante la propuesta de cierre de 94 escuelas. A través del análisis documental y bibliográfico, se investigó la política educativa estatal y las direcciones del movimiento estudiantil. Se concluye que el gobierno presentó un contenido de clase homogéneo, vinculado a la burguesía, mientras que el campo estudiantil exhibió un contenido difuso y contradictorio entre el discurso y la práctica, lo que generó desdoblamientos concretos en el movimiento.

Palabras clave: Intereses de clase; Ocupaciones de escuelas; Movimiento estudiantil; Política educativa del PSDB.

CLASS INTERESTS IN THE CONFLICT BETWEEN HIGH SCHOOL STUDENTS AND THE SÃO PAULO GOVERNMENT DURING SCHOOL OCCUPATIONS

Abstract

The article presents the results of doctoral research on class interests within the school occupation movement (São Paulo/2015). It analyzes the political conjuncture, demands, and methods of struggle utilized by both the students and the Alckmin/Herman administration regarding the proposed closure of 94 schools. Through documentary and bibliographical analysis, the study investigates state educational policy and the leadership within the student movement. It concludes that the government presented a homogenous class content linked to the bourgeoisie, whereas the student faction displayed a diffuse and contradictory content between discourse and practice, which yielded concrete consequences for the movement.

Keywords: Class interests; School occupations; Student movement; PSDB educational policy.

¹ Artigo recebido em 12/02/2026. Aprovado em 11/07/2026. Publicado em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.70742>

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Física da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP).

Email: osvaldo.souza@unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5700710667475834>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6502-0067>.

³ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Email: norak@unicamp.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9898869810203373>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9184-2497>.

Introdução

O conflito ligado às ocupações de escolas de 2015 em São Paulo (SP), Brasil, ganhou projeção nacional e até internacional, implicando o conjunto da sociedade em debates mais amplos sobre o papel da escola, a repressão estatal, a política educacional paulista e as formas de organização e luta estudantil. Esses dois últimos pontos foram investigados em maior profundidade na pesquisa que dá origem a este texto. A disputa entre os estudantes secundaristas e o governo do estado de São Paulo, sob o comando de Geraldo Alckmin, ganhou seu contorno mais acabado nas ocupações de aproximadamente duzentas escolas públicas na capital e no interior do estado.

Partimos do levantamento bibliográfico sobre as ocupações e das lacunas que essa bibliografia apresentava, o que nos mostrou a necessidade de analisar suas raízes sociais. A partir daí decidimos estudar em que medida os interesses classistas estavam presentes no conflito. O princípio que nos orientou foi o de que os conflitos sociais que se desenvolvem nas mais diferentes esferas e grupos sociais, incluindo os estudantes, são expressões mais ou menos explícitas e desenvolvidas dos diferentes interesses de classe que subjazem a essas mesmas disputas (Marx, 2011; Marx; Engels, 2007).

A pesquisa foi realizada combinando análise de conjuntura (Virgens; Teixeira, 2018; Souza, 1996) e análise documental, que realizamos em duas partes conectadas: a primeira, sob a base da política educacional do PSDB nos 20 anos que precederam as ocupações, justamente o período desse partido no comando do estado; e a segunda, orientada para as ações do movimento estudantil.

Do lado do governo elencamos os documentos que apresentam sua política geral para a educação e os documentos ligados diretamente à proposta de Reorganização Escolar. São eles: 1) Nova Estrutura Administrativa da Secretaria de Educação de São Paulo (2013); 2) Reorganização do Ensino Fundamental e Médio (2012); 3) Decreto 61.672 (30/11/2015), de transferência dos quadros de pessoal da Secretaria de Educação; e 4) Resolução 54 da Secretaria de Educação (01/12/2015), que dispõe sobre as transferências dos quadros de pessoal; os documentos referentes ao Programa Educação: Compromisso de São Paulo e documentos

relativos às parcerias público-privadas, em especial o contrato firmado entre a SEE e os Parceiros da Educação.

Do lado dos estudantes, nossa análise se centrou nos documentos emitidos pelas principais entidades estudantis envolvidas no conflito, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e o Coletivo O Mal-Educado. Assim, o que estamos considerando como o “lado dos estudantes” comparece com outra contradição que será tratada na análise, a existência de diferentes orientações políticas no interior do movimento secundarista. Os documentos selecionados para análise foram: 1) Resolução de conjuntura, de educação e de movimento estudantil aprovadas no 41º CONUBES (12 a 15/11/2015), e as mesmas resoluções temáticas aprovadas no 42º CONUBES (29 e 30/11 e 01 e 02/12/2017). 2) Site e página de facebook do coletivo O Mal-Educado⁴ e do Comando das Escolas Ocupadas, além de diversas edições do Jornal “O Mal-Educado”; 3) Manual “Como ocupar um colégio”, traduzido de estudantes argentinos e chilenos; 4) Zine Privatização do Ensino, lançado em 2016 por uma parceria entre secundaristas e a Fundação Rosa Luxemburgo.

Análise de conjuntura e política educacional do governo: o PSDB como expressão do capital

A política educacional do PSDB em São Paulo, em suas quase três décadas à frente do governo paulista, guarda profundos vínculos com a conjuntura nacional e internacional do período precedente. Neste sentido, o período de crise do capitalismo nos anos 1990, no Brasil, deita raízes no período de crise mais geral do capital, identificado principalmente a partir dos anos 1970, tendo como principal referencial a crise do petróleo de 1974 (Coggiola, 2012). Esse evento inaugura uma fase que vai ser identificada pela modificação de diversas orientações dos organismos internacionais em relação à política econômica. Uma nova forma político-econômica e de governança internacional, que posteriormente ficou conhecida como “neoliberalismo”.

Os organismos internacionais de organização da economia capitalista, bem como as determinações dos países imperialistas têm grande papel na determinação

⁴ Ver em: <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp/>; <https://gremiolivre.wordpress.com/>>. Acesso em 01 de Jan. de 2020.

dos rumos da política educacional nos países de capitalismo atrasado⁵. Para Verger e Normand (2015) trata-se de uma instrução internacional de gestão empresarial e de rendimentos para a educação, uma nova orientação mundial para os serviços públicos, *a nova gestão pública (NGP)*. Esse processo não se daria apenas pela via da privatização direta, senão pela aproximação com o terceiro setor, com as terceirizações, com as concessões, com as Parcerias Público Privadas (PPPs), em especial na área da Educação onde se pode verificar uma

[...] presença constante de movimentos empresariais, em diferentes instâncias de decisão político-educativa, que coletivamente e/ou individualmente se entrelaçam com os quadros políticos, no Executivo nacional, estadual e municipal e no legislativo, estabelecendo formas explícitas e implícitas de cogestão. (Krawczyk, 2014, p.36)

Assim, surgem receituários desde os organismos internacionais, em grande medida orientados pelos EUA, de como deveria se dar a política econômica dos países economicamente atrasados, como o “Consenso de Washington”, embebido da lógica neoliberal e com sua lista de 10 pontos que o então chamado “terceiro mundo” deveria aplicar para sair de sua crise. No Brasil, essa agenda começa a ser implantada no primeiro governo eleito depois do fim da ditadura militar, Fernando Collor de Mello. Mas foi com o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que a agenda neoliberal foi finalmente consolidada no país. O traço distintivo deste governo foi o amplo movimento de privatização das empresas estatais.

Política Educacional do PSDB no estado de SP e sua lógica capitalista

Para Gomide (2019), o PSDB, em suas seis gestões consecutivas no estado SP, liderou um programa de ingerência neoliberal na educação paulista. Por meio da análise de documentos e normativas da SEE-SP para o Ensino Médio, a autora, ao definir três ciclos progressivos de adequação ao ideário neoliberal do desenvolvimento da política do PSDB no estado de São Paulo: ciclo de pavimentação (1995-2002), ciclo de implementação (2003-2010) e ciclo de consolidação (2011-2018), encontrou

⁵ Como um exemplo recente, a Reforma do Ensino Médio aprovada por Medida Provisória no governo de Michel Temer traz forte justificção nos modelos de educação dos EUA, Alemanha, França, Inglaterra etc. (Ferreti et al., 2017).

as bases para sustentar a afirmação de que foi implantado um “projeto societário ineficaz de formação, alinhado ao neoliberalismo” (Gomide, 2019). Para Sanfelice (2010), a linha geral seguida pelos diferentes governos do PSDB segue a lógica da possibilidade de consertos no capitalismo, através da implementação gerencial correta das ideias neoliberais.

[...] os governantes paulistas oriundos do PSDB olham o mundo de um mesmo e único pedestal que nada mais é senão o estado burguês capitalista. Lá de cima, sempre com os mesmos óculos, detectam as mazelas, consideradas conjunturais e não estruturais, e tentam consertá-las. O pressuposto é que o capitalismo é consertável e, portanto, as elites devem se empenhar nas tarefas que o levarão a eternizar-se. As demais classes sociais precisam se sensibilizar para se constituírem em parceiras do mesmo projeto (Sanfelice, 2010, p. 2).

A gestão de Herman Voorwald, que fez parte do ciclo de consolidação do ideário neoliberal, na qual se deu o movimento de resistência à reorganização escolar se orientou principalmente pelo documento “A nova estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: por uma gestão de resultados com foco no desempenho do aluno” (São Paulo, 2013), e o “Programa Educação - Compromisso de SP” (PECSP), instituído pelo Decreto no 57.571/2011, que traçam as linhas gerais para a educação no estado nos anos seguintes, tanto do ponto de vista estrutural como político-educacional. Esse ciclo conta com um aprofundamento das relações entre educação e capital, seja pelas parcerias público-privadas, seja por programas específicos. O fim da gestão de Voorwald na SEE se deu de forma dramática, no final de 2015, pouco depois de anunciar a reorganização da rede estadual paulista. A relativa vitória dos estudantes pode ser encontrada na saída de Herman da pasta.

Reforma administrativa e Programa Educação - Compromisso de São Paulo

O documento “Nova Estrutura Administrativa da Secretaria de Educação de São Paulo” (São Paulo, 2013), apresentado na forma de decreto (nº 57.141/2011) lança as bases, do ponto de vista geral, para a reforma da educação em São Paulo. “[A] premissa básica do novo modelo é a de gestão para resultados com foco no aluno.

A visão de resultados deverá permear todos os níveis e unidades de estrutura e relacionamentos com outras entidades envolvidas, tanto nas atividades-meio como nas atividades-fim” (São Paulo, 2013, p. 12). Essa lógica empresarial com foco em melhoria da gestão e dos resultados permeia todo o documento, bem como foi a tônica dos mandatos que se sucederam na SEE-SP. A partir disso, surge a “Gestão de Resultado com Foco no Desempenho do Aluno” (p. 14), onde são elencados os novos princípios: “Assim, os princípios de todo o processo podem ser resumidos em poucas palavras: Foco (no ensino, na informação, no monitoramento e no fornecimento de recursos); Resultados (fruto da clareza no fornecimento de cada unidade); Articulação (para serem estabelecidas prioridades, estratégias e políticas, assim como também na gestão de recursos); e Monitoramento (para se chegar às metas e resultados).”

O caráter gerencialista do documento, orientado em última instância pela NGP, pode ser evidenciado em duas categorias de trabalho dentro da escola: o diretor, que passa a ser um gestor, como aquele que pode alcançar melhores resultados e o “Gerente de Organização”, responsável pelo gerenciamento burocrático da unidade escolar. A reforma administrativa foi o instrumento necessário à aplicação dos programas e parcerias, viabilizando a estrutura que era exigida para que essa política fosse implementada.

A reorganização escolar de 2015 serviria aos interesses do PECSP, em especial à ampliação das escolas no PEI e das PPPs. O PECSP toma como parceiro fundamental de apoio técnico o Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação (ICE) (ICE, s/d.), uma entidade privada, além dos “Parceiros da Educação”. O ICE é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 2003 “[...] por um grupo de empresários motivados a conceber um novo modelo de escola e resgatar o padrão de excelência do então decadente e secular Ginásio Pernambucano, localizado em Recife.” (ICE, s/d., p. 10).

A premissa do PECSP é a “Gestão de resultado com foco no desempenho do aluno”, e seus princípios são: 1. Valorização do capital humano (política salarial, formação e contratação); 2. Gestão pedagógica com foco no aluno; 3. Educação integral (principalmente o “Programa de Ensino Integral” e “Escola de Tempo Integral”); 4. Gestão organizacional e financeira; 5. Mobilização da sociedade (que inclui a atuação do setor privado) (São Paulo, 2011). Assim, o principal programa

educacional do PSDB no período tinha em seu DNA os interesses do capital, através da Associação Parceiros da Educação (APE)⁶, como uma espécie de braço do Todos pela Educação.

Dada a importância desse convênio firmado entre a SEE e a APE, investigamos mais a fundo suas premissas, termos e acordos, como forma de consubstanciar a análise⁷. O PECSP não convida a iniciativa privada para ser apoiador ou financiador, senão nasce da própria iniciativa privada, com o ICE, a APE e a consultoria internacional McKinsey & Company, que atuaram, cada um à sua maneira, na própria elaboração do programa. Cabe o destaque para a participação do capital oriundo de diversas camadas ou frações da classe capitalista: capital financeiro, industrial, nacional, internacional etc.

O Conselho Consultivo do PECSP aparece no documento e tem a seguinte composição:

I - o Governador do Estado, que é seu Presidente; II - representantes da Secretaria da Educação; III - 1 (um) conselheiro do Conselho Estadual de Educação – Profa Guiomar Namó de Mello; IV - 6 (seis) servidores de órgãos da Secretaria da Educação; V - até 10 (dez) representantes da sociedade civil: Ana Maria Diniz – Instituto Península; Bernardo Gradim - Inspirare; Denise Aguiar – Fundação Bradesco; Fernão Bracher – Instituto Acaia; Jair Ribeiro – Parceiros da Educação; Antonio Mathias – Fundação Itaú Social; Carlos Jereissati – Grupo Iguatemi; Fábio Barbosa – Editora Abril; Guilherme Leal – Instituto Natura; Ricardo Henriques – Instituto Unibanco (São Paulo, 2014).

São pilares do PECSP: “Valorizar e investir no capital humano da SEE/SP; Aprimorar as ações e a gestão pedagógica da Rede com foco na aprendizagem dos alunos; Lançar as bases de um novo modelo de escola e um novo regime na carreira do Magistério (Ensino Integral); Viabilizar mecanismos organizacionais e financeiros para operacionalizar o programa; Mobilizar e engajar a rede, alunos e a sociedade em

⁶ A “Associação Parceiros da Educação” é uma Organização da Sociedade Civil de interesse Público (OSCIP) que conta com a participação de diversos segmentos do setor privado, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de ensino com vistas à parceria destes com as escolas públicas e Secretarias de Educação no Estado de São Paulo.” (São Paulo, 2018, p. 16).

⁷ Tivemos acesso a um conjunto de 12 volumes de documentos referentes a esta parceria, que se encontram na sede da Secretaria Estadual de Educação de SP, através de duas solicitações oficiais, uma em março e outra em setembro de 2023, quando o direito a vistas dos documentos foi liberado. Os registros realizados para análise posterior se encontram em pasta particular, no seguinte endereço: <<https://photos.app.goo.gl/cdNYc8zTTb8CHUdx9>>.

torno do processo de ensino-aprendizagem.” (São Paulo, 2018, p. 4) Assim, devemos considerar que o PECSP, a parceria com a APE e o projeto de criação das escolas do PEI formam uma unidade, o que nos remete diretamente ao questionamento do papel da reorganização escolar de 2015 nesta unidade.

No dia 4 de junho de 2014, o Secretário Herman Voorwald assinou o despacho aprovando o plano de trabalho da APE, mesmo com a ausência de proposta para um dos cinco pilares (São Paulo, 2018, p. 48). Mas seu texto ainda passaria por algumas idas e vindas com pareceres jurídicos, até que em 8 de outubro de 2014, a APE apresenta o texto final, que merece dois destaques: só trata dos pilares 1, 2 e 3 do PECSP e apresenta pela primeira vez os valores de custo do projeto⁸.

Sobre os custos é bom ressaltar que o convênio firmado afirmava que não haveria transferência de recursos entre o governo e a APE, mas como mostra Carolina Catini (2021), as formas de financiamento desses projetos são múltiplas, garantindo que o setor privado capte recursos públicos através das empresas que são colocadas em ação para a realização das propostas, abata seus aportes na forma de isenção de impostos, além de estabelecer vínculos de outras empresas com as secretarias. Existem muitas formas de privatização para além do léxico legalista, o fundamental é compreendermos o processo em seu desenvolvimento.

Sob a lógica neoliberal, o capital tem se manifestado não apenas na forma de extração de lucro direto, mas também na própria governança do Estado, nos rumos que se pretende para a educação e formação dos trabalhadores, como concluíram os pesquisadores da Rede Escola Pública e Universidade, além de identificar que “a APE passou a facilitar e a mediar parcerias secundárias e terciárias, complexificando ainda mais as redes e as relações envolvidas no processo amplo – mas nem por isso pouco concreto – de privatização da educação.” (Cássio et al., 2020, p. 16)

Nos 20 anos de controle do PSDB sobre o estado de SP, até o ano de 2015, os interesses gerais da classe capitalista estiveram representados e garantidos.

⁸ O custo total apresentado foi de R\$ 2.748.699,00. Sendo R\$ 450.000,00 para o ICE; R\$ 240.000,00 para a Associação Civil Cidadania Brasil para fazer formação de professores; R\$ 20.000 para a MBA60; R\$ 185.490,00 para a Meritt - Informação Educacional; R\$ 400.000,00 para a Fundação Dom Cabral, para mapeamento de práticas de gestão e liderança; R\$ 450.000,00 para a Fundação Vanzolini, para estudo e caracterização do trabalho educacional na rede pública estadual; R\$ 320.000,00 para a empresa Geekie, para estruturar e adequar provas diagnósticas; R\$ 132.000,00 para a empresa UNA Consultoria, situada no estado do Amapá e especializada em consultoria de negócios.

Primeiro em sua forma ampla, na aplicação da lógica empresarial à estrutura estatal, especialmente na educação. As PPPs são uma forma acabada de ingerência do capital sobre o Estado, com a vantagem, do ponto de vista da resposta política e do impacto social, de ser menos explícita que as privatizações e terceirizações diretas. As PPPs garantem a manutenção da propriedade estatal formal, enquanto carrega a ideia de uma “parceria” que só teria ganhos para oferecer ao governo que a utiliza (Robertson; Verger, 2012). A gestão Alckmin/Voorwald foi um marco no avanço dessas parcerias.

Já o PEI se orienta por quatro princípios: a Educação Interdimensional, a Pedagogia da Presença, os 4 Pilares da Educação para o Século XXI e o Protagonismo Juvenil.” (São Paulo, s/d., p. 13). Foi implantado pela Lei Complementar nº 1.164 (São Paulo, 2012). O fechamento de turmas, a diferenciação salarial e a de contrato numa mesma categoria e o encerramento do período noturno⁹ têm sido apresentados por pesquisadores, professores e estudantes como os pontos mais problemáticos do projeto, além de se criar uma segmentação na mesma modalidade de ensino, criando assim escolas, estudantes e professores de duas categorias diferentes.

Assim, o PEI se choca com os interesses do jovem trabalhador, além de implantar uma gestão e uma proposta pedagógica baseadas nos princípios da NGP, 'burlando' relações de trabalho docente e limitando a atuação política dos trabalhadores, uma proposta que atende claramente aos interesses do setor privado na forma e no conteúdo. É possível perceber ainda que o protagonismo juvenil defendido pelo projeto é formal, no sentido de delimitar rigidamente suas formas de manifestação. Por exemplo, no ponto referente à criação de Clubes Juvenis define-se que esses clubes devem ter “metas a serem atingidas” e “práticas próprias de gestão” (São Paulo, 2012).

No farto conjunto de materiais que tivemos acesso e que reúne a documentação referente ao PECSP, encontramos o “Modelo de gestão do Programa de Ensino Integral nos anos iniciais do Ensino Fundamental” (São Paulo, 2018, p. 1043), onde se estabelece um conjunto de diretrizes, premissas e metas a serem

⁹ Cf. documentação do PECSP, p. 297, onde a redução do ensino noturno fez parte do planejamento do trabalho da APE através da contratação de uma consultoria, a Integration.

cumpridas pela parceria com o setor privado para que o PEI fosse implementado nesse ciclo.

A premissa mais diretamente ligada à lógica empresarial e financeira é a da “Excelência em gestão”, que se propõe ser avaliada pelas avaliações internas e externas, tendo se desdobrado alguns anos depois no Programa Gestão em Foco, que se utilizou do Método de Melhoria de Resultados (MMR)¹⁰, que não será discutido aqui pois está além do período que nos propusemos estudar, ainda que possamos apontar suas linhas gerais. O MMR foi amplamente rechaçado pelos professores da rede¹¹. Tratava-se de um avanço na implementação da lógica empresarial na administração pública, como se pode perceber em seu “passo-a-passo”: 1. Conhecer o problema; 2. Quebrar o problema; 3. Identificar a causa; 4. Elaborar um plano de melhoria; 5. Implementar; 6. Acompanhar os resultados; 7. Corrigir os rumos; 8. Registrar e compartilhar as boas práticas. De conjunto, é possível observar que o governo de Geraldo Alckmin no estado de SP buscou sempre uma aproximação entre o capital e a esfera pública, seja pelas relações diretas através das PPPs, seja pela introdução da lógica empresarial que seria a redentora de muitos problemas na gestão pública. Esse processo ainda contou com a tentativa de implementação do CIS (Contrato de Impacto Social), uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Insper Metricis.

Interesses de classe no Movimento Estudantil

Os acontecimentos políticos de 2015 no Brasil estão profundamente relacionados às Jornadas de Junho de 2013. Embora tenham começado com reivindicações pontuais contra o aumento das tarifas de transporte público, as manifestações rapidamente assumiram um caráter nacional, impulsionadas pela repressão policial e por um conjunto mais amplo de insatisfações sociais. Suas bases

¹⁰ O programa Gestão em Foco foi implantado em milhares de escolas estaduais, de 13 diretorias de ensino da cidade de São Paulo. O programa utiliza o Método de Melhoria de Resultados para que as escolas conquistem avanços educacionais, pedagógicos e de gestão. <<https://www.educacao.sp.gov.br/gestaoemfoco>> Acesso em 23 de novembro de 2023.

¹¹ <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/aapeoesp-urgente/n-29-temos-que-debater-e-resistir-ao-mmrm-em-todo-o-estado/>> Acesso em 23 de novembro de 2023.

materiais foram os impactos da crise internacional de 2008 no Brasil, queda do PIB, aumento dos preços, elevação da taxa Selic, gastos com megaeventos esportivos e aprovação de medidas que ampliaram a precarização do trabalho, como o PL da terceirização. Politicamente, fortaleceu as correntes autonomistas no movimento estudantil, como o Movimento Passe Livre (MPL), que influenciou diretamente grupos atuantes nas ocupações de escolas em 2015, como O Mal-Educado.

O ano de 2015 foi marcado pela crise econômica e política. Dilma Rousseff iniciou um segundo mandato sob intensa contestação e com o país em recessão, com PIB negativo em 2015 e 2016. Setores da burguesia, especialmente a industrial paulista representada pela Fiesp, romperam com o governo federal, apoiando a derrubada da presidenta. No campo educacional, o cenário foi de forte conflito: multiplicaram-se greves e mobilizações, como no Paraná (Beto Richa/PSDB), onde a repressão violenta aos professores evidenciou os métodos utilizados para implementar reformas exigidas pelo capital. Em São Paulo, a crise econômica foi enfrentada com aumentos tarifários, contenção de gastos e congelamento salarial. A greve dos professores estaduais, que durou três meses, foi duramente reprimida e terminou sem reajuste, apesar das perdas salariais expressivas. Os estudantes apoiaram amplamente a greve. Nesse contexto, dois pólos se consolidaram no movimento estudantil: grupos autonomistas, como O Mal-Educado, e organizações ligadas à UJS/UBES, com leituras divergentes sobre 2013 e sobre o próprio papel das lutas de 2015. Essas disputas expressam projetos distintos no interior do ME e revelam como a crise econômica, a luta de classes e o movimento estudantil se entrelaçaram naquele período.

A escolha de investigar o ME a partir das ações de suas direções nos levou a discutir o conceito de crise de direção (Trotsky, 2017), no sentido de compreender como suas manifestações podem conduzir a uma série de confusões e contradições no campo das ideias e das práticas. Recurso necessário frente ao relativo abandono da classe social como categoria explicativa dos problemas sociais, o que também levou ao abandono do estudo das direções políticas dos diferentes grupos, classes e frações, envolvidas nesses problemas (Souza Filho, 2024, p. 186).

Apesar da questão ser geralmente tratada de forma homogênea, “os estudantes que ocuparam as escolas”, “as ocupações estudantis”, revelou em seu

interior uma profunda divisão de concepção política: o autonomismo, corrente política filo-anarquista e as entidades estudantis oficiais, dirigidas majoritariamente pela União da Juventude Socialista (UJS), do PCdoB, e como segunda força política nessa direção as juventudes do Partido dos Trabalhadores (JPT, Kizomba e Levante Popular da Juventude). Enquanto levavam as ocupações à frente, ambas as frações do movimento faziam críticas diretas ou indiretas ao outro grupo. Essas críticas refletiam uma ideologia mais geral, como a anarquista, que combate a centralização ou necessidade de uma direção, ou expressavam certa incompreensão do funcionamento da organização que pretendiam criticar. Por exemplo, o trecho do documento do OME, de 8 de outubro de 2015:

Não confiar nas entidades estudantis: As entidades que deveriam representar os estudantes (UMES, UPES, UBES, UNE) há anos que não lutam mais para nos defender. Todas elas estão aparelhadas pelos partidos da base do governo e só estão preocupadas em ganhar dinheiro com a venda das suas carteirinhas estudantis; para defender seus interesses, não vão perder tempo em nos trair na primeira oportunidade.¹²

Já do lado da UBES, as críticas não aparecem em documentos oficiais. No 16º Conselho Nacional de Entidades Gerais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, realizado em São Paulo no dia 9 de setembro de 2017, foi aprovada uma resolução sobre o ME, divulgada pela UJS¹³, que fazia um balanço das lutas anteriores, em especial o movimento de ocupações, mas não encontramos nesse documento, e nas demais resoluções do Conselho, nenhuma referência às ocupações de escolas de SP, em 2015. Tratam das ocupações em geral, dando destaque para aquelas que aconteceram em 2016, com pautas políticas contra o governo Temer. O fato de não mencionar as ocupações de São Paulo revela sua divergência com a direção principal do movimento paulista, os autonomistas. Para analisar essa divisão, nos valem da categoria “método, tática e estratégia” das organizações dirigentes do movimento, e com isso buscamos nos aproximar do conteúdo de classe desse lado do conflito.

¹² Todos os trechos do OME foram extraídos das redes desse grupo. Ver nota 20.

¹³ <http://ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2017/09/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Aprovada-no-16%C2%BA-CONEG-da-UBES-Movimento-Estudantil.pdf>

Método, tática e estratégia - as organizações que dirigiram politicamente as ocupações

Os métodos são aqui entendidos como as formas de luta desenvolvidas por cada campo da disputa, incluindo aí o governo, que possui seus próprios métodos. Os métodos fazem parte da tática, que inclui a compreensão do caminho a ser percorrido para chegar ao objetivo final, a estratégia. A tática está subordinada à estratégia em uma relação dialética com ela, ou seja, é determinada por ela, mas no desenvolvimento da luta a determina e a transforma.

Entre os secundaristas, o coletivo OME foi o impulsionador das primeiras ocupações de São Paulo¹⁴. Em sua descrição, o movimento autonomista se apresenta como apartidário e horizontal. Traduziu uma cartilha argentina/chilena de ocupações de escolas, convocou as primeiras manifestações contra a reorganização escolar, organizou as primeiras ocupações, impulsionou muitas outras e formou um comitê de organização das escolas ocupadas (Campos; Medeiros; ribeiro, 2016; Januário et al., 2016). Não foi possível encontrar um programa político do autonomismo, onde apresentassem o modelo de sociedade que defendem e os meios para se chegar nesse modelo. Assim, se caracterizam pelas ações reativas e defensivas frente às políticas governamentais.

O coletivo se formou em 2012 em torno de um jornal que era redigido por estudantes secundaristas e distribuído em algumas escolas de SP. Neste jornal, é possível perceber que surgem fomentando uma certa oposição entre alunos e professores/diretores, mas não contra o governo: “os estudantes não participam das decisões sobre a educação deles mesmos. Diretores e professores mandam. O aluno só obedece.” (O mal-educado, 2012). Essa elaboração não foi mais apresentada em seus textos posteriores, pelo contrário, em 2015 e 2016 passam à defesa dos professores e de melhores condições de trabalho, como foi possível ver na participação em uma assembleia de professores: “Nós estudantes secundaristas

¹⁴ Outros grupos menores participaram desse processo e mantiveram íntima relação entre si, como o G.A.S. - Grupo Autônomo Secundarista. Ver em: <<https://www.facebook.com/profile.php?id=100070182090687&sk=about>>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

sabemos o quanto sofrem os professores do estado, com salas superlotadas, contra a valorização do trabalho e com o descaso do ensino público.”¹⁵.

Já em relação aos métodos de luta propostos, vamos encontrar nesse documento inicial uma política de independência, “Contudo, quando os estudantes se organizam entre si, eles mudam essa situação. Ao fazer algo por eles mesmos, sem depender de superiores, criam espaços onde eles próprios decidem. Pode ser um grêmio estudantil, uma atividade cultural, um protesto, um debate, um grupo de estudos, etc.” (O mal-educado, 2012)

Não encontramos materiais sobre a atuação desse grupo no ano de 2013, mas sua proximidade¹⁶ com o MPL, nos permite supor que atuaram no movimento contra os aumentos de passagem, iniciado em SP. Em fevereiro de 2014, lançaram o 2º número do seu Jornal. Nesta edição existem denúncias da situação de algumas escolas, principalmente na ETEC.

Apesar de haver poucos detalhes sobre a origem do grupo, é possível identificar que surgiram em torno do tema principal dos grêmios estudantis¹⁷, numa experiência do final dos anos 2000 chamada *poligremia*¹⁸, que reunia secundaristas de um conjunto de escolas particulares de São Paulo, algumas delas conhecidas escolas de elite da cidade¹⁹, marcando uma origem de classe burguesa e pequeno-burguesa. Esse início determinou certas características que se manteriam como marcas do grupo posteriormente, entre elas, a importância para a organização estudantil em grêmios, os traços autonomistas/horizontalistas, com críticas às organizações partidárias e uma ausência de identidade clara, o que levou a dissipação do grupo original.

¹⁵ Vídeo dos estudantes em uma assembleia de professores no dia 24 de maio de 2016: <<https://www.facebook.com/watch/?v=809802865820127>> Acesso em 28 de setembro de 2023.

¹⁶ Referências mútuas em suas páginas de rede sociais e sites próprios.

¹⁷ <https://gremiolivre.wordpress.com/>

¹⁸ Ver em: <<https://passapalavra.info/2012/06/60822/>>. Acesso em 28 de set. de 2023.

¹⁹ “Em 2010 participaram ativamente da Poligremia (por ordem de ingresso): Grêmio Ágora (Escola da Vila), Grêmio Livre do Santa Cruz, Grêmio Pão de Milho (Equipe), Grêmio Drão (Vera Cruz), Grêmio .Com (Santa Clara) e Grêmio Epos (ETEC Basilides de Godoy). Ao longo de 2011 somaram-se: Grêmio da ETEC Guaracy Silveira, Grêmio Livre Bertold Brecht (ETESP), Grêmio Caféh (Oswald de Andrade), Grêmio Vanguarda (ETEC Albert Einstein), Grêmio do Itaca, o grupo pró-grêmio da EE José Vieira de Moraes, Grêmio do Sesi Vila Leopoldina e o Grêmio Ketsogou (ETEC Takashi Morita). Em menor grau, estiveram próximos naquele ano: Grêmio da ETEC Antônio Prado (de Campinas), Grêmio da Móbile, Grêmio do Bandeirantes e alunos não organizados do Instituto Federal (antigo CEFET).” <<https://passapalavra.info/2012/06/60822/>>

Em abril de 2015, lançaram uma edição de seu jornal, onde fizeram a primeira referência ao método de ocupação de escola. “É hora de lutar. Precisamos partir para cima: parar as aulas, organizar assembleias no pátio, trancar os portões, fechar as avenidas... E, se preciso, acampar dentro das escolas e só sair quando as reivindicações forem atendidas.”

Em um texto de outubro de 2015 apresentam a situação da seguinte forma:

A proposta de reestruturação do ensino que o governo apresentou à Assembleia Legislativa tá revoltando muita gente, e não é à toa: a ideia é que cada escola atenda só um ciclo (Fund I, II ou Ensino Médio). Isso vai fazer com que a demanda se concentre em algumas escolas, o que vai permitir que o Estado feche centenas de colégios. Além disso, os alunos terão que estudar mais longe de suas casas, milhares de professores e funcionários serão demitidos e os pais vão ter que se virar pra deixar os filhos em escolas diferentes. A previsão é que 1 milhão de alunos sejam transferidos pra outras escolas!

O caráter da elaboração do grupo é mais “agitativo” que programático. Assim, a estratégia, nas condições de uma atuação conjuntural, se refere ao objetivo imediato do movimento. Assim, definem seu objetivo geral para aquele movimento e quais seriam os passos para alcançá-lo, “Para derrubar o projeto de “reorganização” e impedir o fechamento de escolas e ciclos, o único caminho é ocupar todos os colégios. [...] Quanto mais escolas os estudantes tomarem, mais terreno conquistaremos no campo de batalha. As escolas são nossas!”.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é uma entidade nacional que visa congrega os estudantes em nível de ensino médio, no ano de 2015 a entidade era dirigida pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). No período estudado, a entidade apresentou uma contradição: por um lado, a entidade se viu recusada por uma parcela considerável dos estudantes, tendo que *correr atrás* das ocupações que tiveram início sem seu conhecimento, e, por outro, seguiu como entidade máxima de representação dos estudantes secundaristas do país. Assim, para compreender a política da UBES neste período, é necessário compreender a sua direção majoritária, a União da Juventude Socialista (UJS), corrente de juventude do PCdoB. Para tanto, fizemos uma pequena digressão

para apresentar as linhas gerais defendidas pela organização em seu manifesto-programa²⁰ e seu estatuto.

Fundada em 1984, a UJS defende um “socialismo com a nossa cara”, que remete a defesa de um socialismo particular, com características específicas, e que serve para delimitar o terreno no próprio campo do socialismo. Assim como o autonomismo não pode ser identificado diretamente com o anarquismo, encontramos aqui a necessidade de mostrar a delimitação do socialismo defendido pela organização, com aquilo que compreendemos nesta pesquisa e que foi exposto na tese (Souza Filho, 2024, p. 43). A partir disso é possível encontrar uma contradição em suas elaborações estratégicas ao reivindicar a experiência histórica revolucionária, para negá-la em seguida, o que está de acordo com a ideia anteriormente apresentada de desenvolver um socialismo com características próprias.

[...] Não queremos fórmulas. O nosso Socialismo será verde e amarelo, tocará viola, fará hip-hop, dançará samba e rock. Fará carnaval e jogará futebol. Será construído a partir de nossa realidade e caminhos que nós descortinaremos (Manifesto-programa - UJS, ponto 29).

Muitas ideias estratégicas são apresentadas, mas para nosso interesse aqui apenas algumas têm sentido em serem discutidas, como a questão das classes sociais. As classes trabalhadoras não são definidas pela organização, e em seu lugar são utilizadas categorias sociológicas, como “popular”, “povo” etc. (Ponto 26) Por outro lado, a classe capitalista aparece numa passagem onde indica que uma parte da burguesia brasileira está comprometida com o imperialismo. Isso permite a classificação de um setor da burguesia nacional como ‘não comprometida’ com o imperialismo, permitindo assim alianças esporádicas. (Ponto 19).

Esse aspecto ganha relevo nos processos eleitorais, quando a UNE e UBES, sob a direção da UJS, apresentam aos jovens a necessidade de certas alianças com setores proprietários. O desenvolvimento de sua história, apresentada em sua página, indica uma forte orientação política para os processos eleitorais, indicando a possibilidade e necessidade de gerir o Estado de tal forma que modifique seu conteúdo em favor dos trabalhadores.

²⁰ <https://ujs.org.br/manifestos/>

De forma sintética, podemos concluir que a UJS reivindica o campo do socialismo, mas em todo seu programa reforça a ideia de um socialismo particular, sem definir claramente a diferença com as ideias socialistas “clássicas”, orientadas pela literatura marxista e pela experiência histórica revolucionária. O conteúdo de classe de seu programa é generalista (sem menção a classe operária, proletariado, campesinato, pequena-burguesia ou classe média). Por fim, a estratégia defendida, na forma de governo, é a da “república de trabalhadores” (ponto 38), o que está de acordo com sua participação nas disputas eleitorais para gestão estatal.

Ademais, o Manifesto-programa apresenta uma série de críticas à democracia burguesa, “Os donos do poder afirmam que vivemos uma democracia porque temos eleições. Escondem que as regras dessa ordem só servem para os que têm poder financeiro” (pontos 10 e 11) Tais críticas, no entanto, não encontram eco nos documentos dos congressos da UBES de 2015 ou de 2017: “O 41º Congresso da UBES escolheu Brasília para receber os e as estudantes, e para além de grandes debates sobre o Brasil e a educação, enchemos as ruas da capital do país com muita esperança, festejando a democracia e lutando por ela.” (UBES, 2015a); “A UBES, os estudantes paulistas, o movimento educacional e o povo resistem, ocupam as ruas, pedindo democracia e resistindo aos desmandos do governo tucano” (2015b) Como se vê, existe uma contradição entre a crítica à democracia burguesa, dos “donos do poder”, no programa da UJS e a luta prática desta organização na direção da UBES, em defesa dessa democracia.

Uma hipótese possível que podemos levantar neste ponto é que a linha política adotada por essa direção, de vincular as reivindicações dos estudantes às agendas institucionais, afastou um setor da base dos estudantes que se mobilizaram por fora destas instituições, gerando um descolamento entre base e direção, o que, entre outros efeitos, levou a criação de grupos independentes e à desconfiança de uma fração dos estudantes.

Em 2017, no seu 42º Congresso, ao mesmo tempo em que trava polêmica com os autonomistas, a UBES radicaliza seu discurso já que nesse momento fazia parte da oposição ao Governo Federal. Essa questão fica ainda mais clara quando observamos os métodos de luta apresentados pela entidade em 2015, no 41º Congresso. Nesse momento, pouco se fala sobre métodos de luta. Apenas em uma

passagem da Resolução de Movimento Estudantil (UBES, 2015c) quando trata da meia entrada dos estudantes, e aponta o método de pressão parlamentar. Mas é no Congresso de 2017 que os métodos defendidos pela entidade ficam mais evidentes e radicalizados, ao menos nas resoluções analisadas.

Na Resolução de Conjuntura, encontramos: “é importante centrar forças na construção das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, contribuindo nas formulações do ‘Plano Popular de Emergência’ e das plataformas ‘VAMOS!’ e ‘Brasil Que o Povo Quer’.” (UBES, 2017a), na Resolução de Educação fazem a defesa do método da ocupação de escola como um instrumento capaz de ampliar o diálogo com o Estado, apresentando como exemplo a abertura de uma CPI.

A Resolução de Movimento Estudantil apresenta a defesa do voto como método de luta no movimento estudantil: “A UBES foi fundamental para a conquista do voto aos 16 anos na constituinte e precisa, no próximo período, fortalecer a campanha do ‘SE LIGA, 16’, entendendo que a participação cidadã vai além do voto, é uma tarefa na agenda do movimento estudantil” (UBES, 2017c). De conjunto, é possível compreender que a política levada a cabo pela direção da UBES no período analisado mescla a defesa das ações diretas realizadas pelos estudantes, com as ações de pressão parlamentar ou institucionais. Nota-se que esses métodos estão em acordo, de maneira geral, às táticas e objetivos gerais defendidos pela entidade. Na Resolução de Conjuntura de 2015 apresenta suas ideias estratégicas, “UBES está [...] na defesa da democracia, na ampliação dos nossos direitos e na retomada do crescimento econômico pautado no desenvolvimento humano e social do povo brasileiro.”.

Do ponto de vista geral, os métodos, táticas e estratégias levados a cabo pela UBES, através de sua direção a UJS/Pcdob, expressam o que podemos chamar de contradições classistas - a defesa do socialismo, que implicaria a luta contra a propriedade privada e as instituições do Estado da classe dominante, em contraste com uma prática que aponta constantemente para as soluções dos problemas através desse mesmo Estado. Mesmo quando radicalizam no método (as ocupações), o fazem com a intenção de realizar uma pressão parlamentar.

A chave dessa aparente contradição parece estar na particularidade do socialismo que é defendido pela direção da entidade, aquele em que não existe um

rompimento com o Estado, mas sim uma suposta transição gradual para um Estado dirigido pelos trabalhadores.

Devido à sua importância na organização da luta do ME contra o governo, demos destaque na pesquisa para o Comando das Escolas Ocupadas (CEO), que surgiu durante as ocupações como uma forma de centralizar e coordenar as muitas ocupações (Souza Filho, 2024, p. 210). “[Somos] uma tentativa de unificar as ocupações de escolas em torno da luta contra a reorganização escolar. O Comando é composto por representantes secundaristas de várias das escolas ocupadas e se propõe a ser um espaço de articulação independente, horizontal e apartidário, aberto a todas as ocupações que estão na luta.”²¹

Nota-se aqui que colocavam já na apresentação a oposição com as entidades estudantis, quando se referem aos aspectos “horizontal” e “apartidário”. O caráter proclamatório ficou na aparência, pois era comum a participação de partidos e outras organizações nas reuniões do Comando. Conclui-se que o CEO era impulsionado pelos autonomistas e expressou, assim, o desenvolvimento do movimento, aplicando a tática da ação direta (onde os próprios envolvidos intervêm sobre o problema), enquanto modificava os métodos de acordo com a situação concreta. O primeiro manifesto do CEO dizia: “Somos contra: A reorganização escolar e o fechamento de escolas e salas” e “Propomos: Menor quantidade de alunos por sala; nenhuma punição a estudantes, professores e apoiadores; melhorias na infraestrutura das escolas.” Trata-se de dois tipos de reivindicações: uma em defesa das condições de estudo nas escolas públicas e outra contrária às medidas repressivas do Estado. Ambas, no entanto, são de interesse das classes trabalhadoras, pois se situam no terreno da conquista de direitos ou de posições na luta de classes, em favor daqueles que vendem sua força de trabalho e, no processo, produzem o conjunto da riqueza social.

Após o anúncio, em 5 de dezembro, da suspensão do decreto que alicerçava a reorganização, o CEO emitiu um comunicado, onde não deixa claro seu

²¹ Devido às formas organizativas e comunicacionais dos estudantes fugirem ao repertório tradicional de publicações, suas declarações foram extraídas majoritariamente de suas redes sociais: <<https://www.facebook.com/EstudantesNLuta>>; <<https://www.facebook.com/mal.educado.sp>>; <<https://gremiolivre.wordpress.com/>>; <<https://www.facebook.com/luta.secundas>>; <<https://www.facebook.com/ocupacaosalvadorallende/>>; <<https://www.facebook.com/watch/?v=33255550201662>> no período de 2018 até 2022.

posicionamento em relação à permanência ou não das ocupações: “Exigimos que o pronunciamento da reorganização escolar seja permanentemente cancelado. Que o governador Geraldo Alckmin faça um pronunciamento claro e concreto através de uma audiência pública amplamente convocada”, concluindo de forma aberta: “Nós estudantes secundaristas, após o Encontro Estadual das Escolas Ocupadas, dia 6 de dezembro, anunciamos que continuaremos na luta seja ocupando as escolas ou as ruas”. Essa orientação dúbia foi reflexo de divergências no interior do movimento. Uma parcela acreditava que se deveria desmontar as ocupações já que a reorganização estava suspensa. Outra parte acreditava que se tratava de uma manobra do governo, somada ao fato de não terem conquistado todas as suas reivindicações, entre elas a “punição aos policiais que agrediram ou ameaçaram os estudantes e o fim de todos os processos contra estudantes, funcionários, professores ou apoiadores”, e que por isso as ocupações deveriam ser mantidas.

Essa desorientação fez com que o movimento de ocupações se desmontasse de forma desordenada, de acordo com a decisão de cada escola. A consequência foi que as escolas que decidiram manter as ocupações por mais tempo ficaram cada vez mais isoladas, alvos constantes de repressão e ameaças policiais. Esse processo mostrou uma debilidade organizativa e política do autonomismo, que não foi capaz de aplicar o método das tomadas de decisões coletivas até o fim.

Em seu último manifesto, datado de 17 de dezembro, o Comando faz um balanço de suas ações, justifica a saída das escolas e apresenta um prognóstico. Apresenta inicialmente seu programa estratégico, ainda que de forma geral e pouco esclarecedora: “E qualquer que fosse a tática usada no momento, nunca perdemos de vista o nosso foco: a conquista de uma educação libertadora.” E concluem com um prognóstico, que agora podemos afirmar, se mostrou muito justo: “Como já se sabe, a reorganização é um projeto que deverá ser implantado nos anos seguintes com outro nome e de forma mais mascarada, pois faz parte de um plano maior dos poderosos de fazer com que os trabalhadores e seus filhos paguem com as crises.” De fato, o número de salas fechadas no ano seguinte foi muito elevado, levando à conclusão de que os objetivos da reorganização tenham sido cumpridos (Moraes; Ximenes, 2016).

O CEO foi a tentativa mais bem sucedida de congregação das diferentes escolas ocupadas. Isso porque contou com números expressivos de participantes durante o período em que atuou. Não teve tempo de amadurecer e falhou na etapa fundamental das desocupações. As entidades estudantis não participaram do CEO, mas realizaram assembleias de organização paralelas, que congregavam as escolas ocupadas e estudantes que estavam sob sua influência²², expressando assim a divisão no ME.

Ideias conclusivas

Sinteticamente, do lado do governo, verificou-se uma coesão entre representação e classe, do lado dos estudantes, uma direção em disputa, que expressou um conteúdo policlassista.

A gestão de Geraldo Alckmin/Herman Voorwald implementou a Reforma administrativa e o Programa Educação - Compromisso de SP, que orientaram a política educacional no período seguinte. Seus pilares foram o PEI e as PPPs. Nossa análise identificou que se tratou de uma política que esteve sob a égide da lógica capitalista, portanto burguesa, com uma educação orientada aos resultados, aos mecanismos de gestão e sob forte influência e direcionamento de setores do capital, como na parceria com a Associação Parceiros da Educação. Foi sob essa base que surgiu a proposta de reorganização escolar. Conclui-se que o governo, na disputa em torno da reorganização, expressou os interesses de classe da burguesia em geral, na lógica empresarial gerencialista, mas de setores específicos como por exemplo o setor bancário, na participação mais direta do Itaú, Unibanco, Bradesco entre outros.

Do lado estudantil, para compreender as manifestações dos interesses classistas no conflito, tivemos que buscar o maior detalhamento possível das divergências que estiveram na base da ação comum dos secundaristas, o que certamente determinou os acontecimentos. Essas divergências, no entanto, não se constituíram claramente como divergências de interesses de classes. Em grande medida porque nas ações e elaborações dessas correntes políticas as classes sociais

²² <https://ujs.org.br/blog/noticias/assembleia-reune-100-estudantes-de-50-escolas-ocupadas/>

são relegadas ao segundo plano ou aparecem de maneira difusa, reflexo de um processo histórico que buscou e busca retirar as classes da compreensão da dinâmica da luta social (Amorim, 2014; 2015), bem como pela influência crescente de teorias como a dos novos movimentos sociais (Gohn, 1997; Melucci, 2001), mas, sobretudo, na ausência da ação própria do proletariado e demais trabalhadores proletarizados na luta política em defesa dos seus interesses históricos, como a escola pública (Suchodolski, 1976; Saviani, 2013). Por outro lado, o conjunto de métodos de luta utilizados formaram uma determinada ação tática, sintetizada na ideia de ação direta coletiva (participação dos próprios envolvidos nas decisões e ações), o que historicamente representa uma tática própria da classe operária e de outras classes oprimidas, como a classe camponesa, por exemplo (Souza Filho, 2024, p. 73).

Da parte dos autonomistas, identificamos uma organização que não se constitui de forma programática. Assim, essa tendência política tem se caracterizado pelas ações reativas em relação às políticas dos governos. Desta forma, nos seus documentos, foi possível encontrar seus métodos e táticas, mas que não correspondiam a uma forma específica de organização societária. Essa lacuna programática torna a linha política da organização permeável às ideias de diferentes classes. A origem de classe burguesa e pequeno-burguesa dos primeiros construtores, os métodos de luta apropriados da luta histórica dos trabalhadores, bem como os problemas enfrentados nas relações entre indivíduos e coletivo²³, estão na base das contradições que marcaram o OME ao longo de sua trajetória.

A UBES, dirigida pela UJS/PCdoB, mostrou sua fragilidade e descolamento das bases em São Paulo já no início de todo o processo, quando foi tomada de surpresa pelo movimento que levou às ocupações. Tal descolamento parece ser fruto de uma política contraditória para as bases estudantis, qual seja, os grandes anúncios de defesa do socialismo, crítica radical à democracia existente como regime político do Estado burguês, em choque com uma prática essencialmente eleitoral, de defesa da democracia e de instrumentalização da entidade para ser uma espécie de braço dos partidos que a dirigiam no período, PT e PCdoB. Essa aparente contradição parece se resolver programaticamente na defesa de um socialismo particular, através de uma

²³ Ver no balanço autocrítica da Poligremia: <<https://passapalavra.info/2012/06/60822/>>. Acesso em 20 de jan. de 2024.

“república de trabalhadores”, fórmula estratégica adequada às disputas pelo gerenciamento do Estado e conciliação com setores proprietários. Assim como no caso dos autonomistas, essa fração do ME se caracterizou por uma contradição classista.

Apesar das disputas internas ao ME e suas contradições, o confronto com o governo resultou em uma posição momentaneamente vitoriosa para os primeiros, ao fazer com que a gestão Alckmin recuasse em seu projeto de reorganização escolar, além de derrubar o secretário da educação, Herman Voorwald. Atribuímos esse fato à ação coletiva e organizada da base estudantil, que conforme ganhava força no número de escolas e no apoio da comunidade, o movimento foi assentando o terreno para a vitória. A diferença entre os métodos repressivos do governo e os métodos de resistência dos estudantes compõem o conteúdo de classe do conflito. Os primeiros choques entre autonomismo e entidade oficial não foram suficientes para minar essas conquistas. Foi num segundo momento, entretanto, já com a desocupação completa das escolas, no começo de 2016, que as divisões e conflitos no ME levaram a uma dificuldade em manter essa massa estudantil coesa e organizada para enfrentar a continuidade da luta, que não mais se daria de forma direta através do binômio ocupação-repressão, mas através dos métodos burocráticos que o governo usaria naquele ano, o principal deles, o fechamento de salas ao invés do fechamento de escolas.

Referências

AMORIM, Henrique. A tese do “fim das classes” na sociologia brasileira. In.: **Anais do 38º ANPOCS**. Caxambu, MG, 2014.

AMORIM, Henrique.; SILVA, J. B. **Classes e lutas de classes: novos questionamentos**. São Paulo: Annablume, 2015.

CAMPOS, A. J. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M.M. **Escola de Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CÁSSIO, F. et al. Heterarquização do estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e241711, 2020.

CATINI, Carolina. A educação bancária, “com um Itaú de vantagens”. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.90-118, abr. 2021.

COGGIOLA, Oswaldo. **A Crise Global: uma abordagem do período de 2007 a 2012**. 1. ed. Porto Alegre: Pradense, 2012.

FERRETI, C.; SILVA, J.; RIBEIRO, M. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade [online]**. 2017, v. 38, n. 139. pp. 385-404.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMIDE, D. C. **A política educacional para o Ensino Médio da Secretaria da Educação do estado de São Paulo e o alinhamento com o projeto neoliberal através de ciclos progressivos de adequação (1995-2018)**. 2019. 344f. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas.

ICE. **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. Livroto Institucional, s/d. Disponível em: https://icebrasil.azurewebsites.net/wp-content/uploads/2020/04/Livreto_Digital_Institucional.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

JANUÁRIO, A. et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Fevereiro**, São Paulo, v. 9, p. 1-26, mai. 2016. Disponível em: <<http://www.revistafevereiro.com/pdf/9/12.pdf>>. Acesso em 5 de julho de 2018.

KRAWCZYK, N. Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 126, p. 21–41, jan. 2014.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, C. S. V.; XIMENES, S. B. Políticas educacionais e a resistência estudantil. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1079–1087, out. 2016.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?** manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em: <https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>. Acesso em 1 de julho de 2024.

O MAL-EDUCADO. **O Mal-Educado**. São Paulo, 2015. @mal.educado.sp/. Disponível em: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/>

ROBERTSON, Susan; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012.

SANFELICE, José Luís. A política educacional do estado de São Paulo: apontamentos. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 17, n. 18, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. **A nova estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**: por uma gestão de resultado com foco no desempenho do aluno. São Paulo: SEE. 2013.

SÃO PAULO. **Decreto nº 57.571**, de 2 de dezembro de 2011.
SÃO PAULO (estado). Secretaria da Educação. **Plano de Ação das Escolas de Ensino Integral**. São Paulo, 2012.

SÃO PAULO (estado). **Diretrizes do Programa de Ensino Integral**: escola de tempo integral. São Paulo, s/d.

SÃO PAULO. **Assinatura de Convênio com a Associação Parceiros da Educação. Processo 2737/2014**. 29 de outubro de 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. **Convênio Programa Educação - Compromisso de São Paulo** (Documento: 0008.001.01.03.001 - convênio, termo de cooperação, acordo, protocolo de intenções, termo de parceria). (documento interno), 2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOUZA, J. H. **Como se faz análise de conjuntura**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA FILHO, J. O. X. **Interesses de classe no conflito entre secundaristas e governo de São Paulo nas ocupações de escolas de 2015**. 2024. 263f. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas.

SUCHODOLSKI, B. **Teoria marxista da educação**. v. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

TROTSKY, L. **Programa de transição para a revolução socialista**: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional. São Paulo: Sundermann, 2017.

UBES. **Moções de apoio do 16º CONEG**. 2017.

UBES. **Resolução de Conjuntura**. 41º CONUBES, 2015a. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2015/plenaria-final-do-conubes-aprova-resolucoes/>. Acesso em 21 de março de 2024.

UBES. **Resolução de Educação**. 41º CONUBES, 2015b. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2015/plenaria-final-do-conubes-aprova-resolucoes/>. Acesso em 21 de março de 2024.

UBES. **Resolução de Movimento Estudantil**. 41º CONUBES, 2015c. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2015/plenaria-final-do-conubes-aprova-resolucoes/>. Acesso em 21 de março de 2024.

UBES. **Resolução de Conjuntura**. 42º CONUBES, 2017a. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2017/12/RESOLU%C3%87%C3%83O-CONJUNTURA.pdf>. Acesso em 21 de março de 2024.

UBES. **Resolução de Educação**. 42º CONUBES, 2017b. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2017/12/RESOLU%C3%87%C3%83O-EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em 21 de março de 2024.

UBES. **Resolução de Movimento Estudantil**. 42º CONUBES, 2017c. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/ubesnovo/wp-content/uploads/2017/12/RESOLU%C3%87%C3%83O-MOVIMENTO-ESTUDANTIL.pdf>. Acesso em 21 de março de 2024.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: Elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**. Set 2015, v.36, no.132, p. 599-622.

VIRGENS, J. H. A.; TEIXEIRA, C. F. Revisão da produção científica sobre análise de conjuntura: contribuição à análise política em saúde. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe2, p. 377–393, out. 2018.